

Comunidade de Prática

Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina

Reunião Subgrupo 2

Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais

25/05/2022 - 11:00-12:30hs (horário de Brasília)

Programação

11:00- 11:25h - Abertura e Leitura da Agenda do Encontro
11:25-12:05h - Formação: Orçamento da Educação do Campo
12:05- 12:25h: Debate
12:25h-12:30h: Encerramento

***Informes**

1. Carta de advocacy: dúvidas sobre os usos da carta podem ser enviados por email à praticaseducativas@flacso.org.br

2. Pedido de envio de fotos dos projetos para publicação no site da CdP. Apenas imagens com autorização legal de uso.

3. Glossário: solicitação de que os parceiros contribuam com a elaboração dos verbetes: Sistemas de educação do campo; Currículos interculturais; Orçamento para a educação do campo; Trabalho docente; Juventudes do campo: participação social de crianças, adolescentes e jovens e Línguas indígenas do Glossário. O texto elaborado deve estar no formato resumo (150 palavras).

Formação: Orçamento para a educação do campo

Colômbia - Maria Alejandra Muñoz.

Profissional en Gestão Educativa da Fundación Empresarios por la Educación

Com base nos resultados das provas Saber 11, os indicadores de desempenho escolar apresentam a enorme lacuna que se desenha entre os contextos urbano e rural, que em 2021 atingiu uma diferença de 25 pontos. Essa lacuna também é visível nas condições tecnológicas das instituições de ensino em relação à conectividade e à energia elétrica. Enquanto na zona urbana 9% não tem acesso à internet, na zona rural esse percentual se inverte proporcionalmente para 84%. 58% do orçamento da educação na Colômbia é alocado ao Sistema de Participação Geral; enquanto 85% dos recursos das Secretarias de Educação são provenientes do SGP. O Sistema Geral de Participação (SGP) corresponde aos recursos que o Governo Central Nacional repassa aos entes territoriais, sejam Departamentos, Distritos ou Municípios, destinados à saúde, educação, água potável e saneamento básico e para fins gerais. Com a queda

do produto interno bruto, a arrecadação de impostos foi reduzida, assim como as receitas de transferências para departamentos e distritos. Essa situação compromete a sustentabilidade da educação e da cobertura de saúde.

Para o Empresários para Educação, três princípios devem orientar as decisões de política de financiamento escolar:

- Adequação: recursos suficientes para o setor.
- Eficiência: maior aprendizado possível com os recursos disponíveis.
- Equidade: oportunidades educacionais iguais para todos os alunos.

Os desafios do financiamento passam pelos seguintes elementos:

- Aumentar o investimento de recursos dos governos locais na qualidade da educação
- Modificar a fórmula de crescimento anual do Regime Geral de Participação para que fique atrelada à inflação.
- Fortalecer os mecanismos de responsabilização das secretarias de educação
- Recompensar as Entidades Territoriais Certificadas que investem mais recursos próprios na educação que resultem na aprendizagem dos alunos.

O princípio de equidade para a educação rural passa por:

1. Separar recursos de qualidade dos recursos de prestação de serviços
2. Incorporar na fórmula de distribuição as condições socioeconômicas ao nível dos alunos que frequentam as escolas.
3. Incentivar mudanças na distribuição de professores nos territórios do país

Brasil - Marcele Frossard

Assessora de Políticas Sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Um dos fatores que contribuem para o descaso com a educação do campo é o próprio entendimento sobre os territórios rurais pelo poder público. Segundo dados do Censo Escolar do INEP, nos últimos vinte e um anos (2000-2021), há um total de 151.785 escolas fechadas no Brasil, sendo 104.385 nos territórios rurais e 47.400 nos territórios urbanos. Quando considerado o ano de 2020, as matrículas vinculadas às crianças do campo refletem pouco mais de 13,7% das matrículas na Educação Infantil pública de todo país.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), é resultado das reivindicações e pressão dos Movimentos Sociais Populares do Campo. O programa foi criado ainda no vigor da mística que permeava o conjunto do Movimento e da sociedade pelos massacres de Eldorado do Carajás e Corumbiara. Foi por meio da Portaria No. 10/98, do extinto Ministério Extraordinário de Política Fundiária, e posteriormente instituído como política pública pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e regulamentado pelo Decreto 7.352/2010. O Pronera traz em suas raízes, sangue, lutas, marchas, sofrimentos, conquistas e muitos sonhos realizados.

Um marco na gestão democrática da política pública no Brasil, o Pronera articula em sua condução os movimentos sociais, sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo, o INCRA enquanto autarquia federal e as universidades estaduais, federais e Institutos Federais (IFs). Um divisor de águas nesta política é o reconhecimento do protagonismo dos camponeses na gestão da política pública, o que está assegurado no manual de operações do programa, que inclui os movimentos sociais como parte do colegiado dos cursos e programas desenvolvidos com apoio do Pronera em convênio com as universidades e IFs. O Pronera foi responsável pela escolarização e formação de 122.915 trabalhadores (as) rurais assentados (as), tendo oferecido cursos EJA Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

Desde 2016, o Pronera vem sofrendo diversas investidas contra a sua continuidade. Houve uma drástica redução orçamentária, interrompendo o andamento de vários cursos. Fechou as portas para os Movimentos Sociais Populares, buscando deslegitimar estes como protagonistas na gestão da política pública. Como consequência, por meio de decreto, o Governo Bolsonaro no início de seu governo extinguiu todos os conselhos, comissões e outros mecanismos de participação popular que contribuem na gestão democrática de diversas políticas públicas em distintos ministérios e secretarias federais. Esse decreto extinguiu também a então Comissão Pedagógica Nacional do Pronera (CPN). Temos R\$ 63 bilhões a menos na LOA (Lei Orçamentária Anual) 2022 do que deveríamos para garantir o piso mínimo emergencial. Ou seja, o orçamento disponível sequer é suficiente para o cumprimento do Plano Nacional de Educação, tendo sido exigido inclusive esclarecimentos da ONU sobre sua não implementação e para cumprir com o cenário emergencial.

Um dos desafios nestes tempos é manter vivo o Pronera, como política pública que se constitui a partir do envolvimento de governos, Universidades e Movimentos Sociais. Essa articulação é uma força política, que se materializa no número de pessoas estudando e das Instituições de Educação Superior (IES) envolvidas.

Comunidad de Práctica

Desarrollo Integral y Educación Intercultural na América Latina

Reunión Subgrupo 2

Construcción de políticas educacionales adecuadas a los contextos rurales

25/05/2022 - 11:00-12:30hs (horário de Brasília)

Programación

11:00- 11:25h - Apertura y Lectura da Agenda del Encuentro

11:25-12:05h - Formación: Presupuesto de la educación rural

12:05- 12:25h: Debate

12:25h-12:30h: Cierre

Informes

1. Carta de advocacy: las preguntas sobre los usos de la carta se pueden enviar por correo electrónico a practicaseducativas@flacso.org.br
2. Pedido de envío de fotos de los proyectos para el site de CdP. Apenas imágenes con autorización legal de uso
3. Glosario: solicitar que los socios contribuyan a la elaboración de las entradas: Sistemas de educación rural; currículos interculturales; Presupuesto para educación rural; Trabajo docente; Juventud Rural: Participación Social de Niños, Niñas, Adolescentes y Jóvenes y Lenguas Indígenas en el Glosario. El texto elaborado debe estar en formato de resumen (150 palabras).

Formación: Presupuesto de la educación rural

Colombia - Maria Alejandra Muñoz.

Profesional en Gestión Educativa de Fundación Empresarios por la Educación

A partir de los resultados en las pruebas de Conocimiento Saber 11, los indicadores de desempeño escolar presentan la brecha enorme que se dibuja entre los contextos urbanos y rurales, que en 2021 alcanzaron una diferencia de 25 puntos. Esa brecha también es visible en las condiciones tecnológicas de las instituciones educativas en lo que se relaciona con conectividad y energía eléctrica. En cuanto en las áreas urbanas un 9% no tiene acceso a internet, en el campo ese porcentaje se invierte proporcionalmente para 84%. 58% del presupuesto en educación en Colombia se destina al Sistema General de Participaciones; mientras que 85% recursos de las Secretarías de Educación, provienen del SGP. El Sistema General de Participaciones (SGP) corresponde a los recursos que el Gobierno Nacional Central transfiere a las

entidades territoriales, ya sean Departamentos, Distritos o Municipios, destinados a salud, educación, agua potable y saneamiento básico y para propósito general. Con la caída del producto interno bruto se redujo el recaudo tributario, como también los ingresos por concepto de transferencias a los departamentos y distritos. Dicha situación compromete la sostenibilidad de las coberturas en educación y en salud.

Para Empresario por la Educación, tres principios que deben orientar las decisiones de política de financiamiento escolar:

- Adecuación: suficientes recursos para el sector.
- Eficiencia: mayor aprendizaje posible con los recursos disponibles.
- Equidad: igualdad de oportunidades educativas para todos los estudiantes.

Los desafíos de la financiación pasan por los siguientes elementos:

- Aumentar la inversión de recursos propios de los gobiernos locales en calidad de la educación
- Modificar la fórmula de crecimiento anual del Sistema General de Participaciones para que esté ligada a la inflación.
- Fortalecer los mecanismos de rendición de cuentas de las secretarías de educación
- Premiar a las Entidades Territoriales Certificadas que inviertan más recursos propios en educación que redunden en el aprendizaje de los estudiantes.

El principio de equidad en la educación rural requiere:

1. Separar los recursos de calidad de los de prestación del servicio
2. Incorporar en la fórmula de distribución las condiciones socioeconómicas a nivel de los estudiantes que asisten a los colegios.
3. Incentivar cambios en la distribución de los docentes en los territorios del país

Brasil - Marcele Frossard

Asesora de Políticas Sociales de la Campaña Nacional por el Derecho a la Educación.

Uno de los factores que contribuye al abandono de la educación rural es la propia comprensión de los territorios rurales por parte de los poderes públicos. Según datos del Censo Escolar del INEP, en los últimos veintiún años (2000-2021), hay un total de 151.785 escuelas cerradas en Brasil, 104.385 en territorios rurales y 47.400 en territorios urbanos. Al considerar el año 2020, las matrículas vinculadas a los niños rurales reflejan poco más del 13,7% de las matrículas en la Educación Infantil pública en todo el país.

El Programa Nacional de Educación en Reforma Agraria (Pronera) es el resultado de las demandas y presiones de los Movimientos Sociales Populares del campo. El programa fue creado aún en el vigor de la mística que impregnó todo el Movimiento y la sociedad por las masacres de Eldorado de Carajás y Corumbiara. Fue a través de la Ordenanza No. 10/98, del extinto Ministerio Extraordinario de Política Territorial, y posteriormente establecido como orden público por la Ley 11.947, de 16 de junio de 2009 y reglamentado por el Decreto 7.352/2010. Pronera trae en sus raíces, sangre, luchas, marchas, sufrimientos, conquistas y muchos sueños cumplidos.

Hito en la gestión democrática de las políticas públicas en Brasil, Pronera articula en su actuación los movimientos sociales, los sindicatos, el INCRA como autarquía federal y las universidades estatales, federales y los Institutos Federales (IF). Un parteaguas en esta política es el reconocimiento del rol de los campesinos en la gestión de las políticas públicas, lo cual está asegurado en el manual de operaciones del programa, que incluye a los movimientos sociales como parte del colegiado de cursos y programas desarrollados con el apoyo de Pronera en alianza con universidades y FIs Pronera fue responsable de la escolarización y formación de 122.915 trabajadores rurales asentados, habiendo impartido cursos de Educación Básica, Media y Superior de la EJA.

Desde 2016, Pronera ha sufrido varias inversiones contra su continuidad. Hubo una reducción drástica del presupuesto, interrumpiendo el progreso de varios cursos. Cerró las puertas a los Movimientos Sociales Populares, buscando deslegitimarlos como protagonistas en la gestión de las políticas públicas. En consecuencia, mediante un decreto, el gobierno de Bolsonaro al inicio de su gestión extinguió todos los consejos, comisiones y demás mecanismos de participación popular que contribuyeron a la gestión democrática de diversas políticas públicas en diferentes ministerios y secretarías federales. Este decreto también extinguió la entonces Comisión Pedagógica Nacional de Pronera (CPN). Tenemos BRL 63 mil millones menos en la LOA (Ley Anual de Presupuesto) de 2022 de lo que deberíamos para garantizar el piso mínimo de emergencia. Es decir, el presupuesto disponible no es ni siquiera suficiente para cumplir con el Plan Nacional de Educación, y se requirieron aclaraciones de la ONU sobre su no implementación y para cumplir con el escenario de emergencia.

Uno de los desafíos en estos tiempos es mantener vivo a Pronera, como una política pública que se constituye a partir del involucramiento de los gobiernos, Universidades y Movimientos Sociales. Esta articulación es una fuerza política, que se materializa en el número de personas que estudian y de las Instituciones de Educación Superior (IES) involucradas.